



EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO

PRC 286/2018 PREG 090/2018

1. REGÊNCIA LEGAL Esta licitação obedecerá, integralmente, as disposições das Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, no que for pertinente, além, dos Decretos Municipais nº 3.578/2017 e alterações posteriores, e demais condições fixadas neste instrumento convocatório, e ainda, nos termos do inciso III do artigo 49 da LC 123/06 e suas alterações.
2. DEPARTAMENTO SOLICITANTE Departamento Municipal de Desenvolvimento Social
3. MODALIDADE Pregão Presencial Nº 090/2018
4. PROCESSO Nº 286/2018
5. TIPO DE LICITAÇÃO Menor Preço Global
6. FORMA DE EXECUÇÃO Prestação de Serviço Global
7. OBJETO Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de supervisão técnica no âmbito do SUAS, visando elaboração do diagnóstico social, capacitação para a elaboração do plano municipal de assistência social e execução do programa ACESSUAS – programa nacional de promoção do acesso ao mundo do trabalho a fim de atender as necessidades do Departamento Municipal de Desenvolvimento Social.
8. DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DATA: 22/10/2018 HORA: 09:00
9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 02 02 05 08 243 0015 2.055 339039 - FICHA 0507
10. PRAZO DE EXECUÇÃO A prestação de serviço do objeto licitado deverá ocorrer de acordo com o cronograma abaixo, elaborado com as necessidades do Departamento Municipal de Desenvolvimento Social onde se encontra no Anexo I – Termo de Referência Item 1.3.3, a partir da emissão da Ordem de Prestação de Serviço que poderá ocorrer por meios eletrônicos (E-mail informado), e/ou, contato telefônico, devidamente documentado. Produto 1 – Diagnóstico sócio territorial – no máximo 4(quatro) meses; Produto 2 - Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social – no máximo 2(dois) meses; Produto 3 – Prognóstico do Programa ACESSUAS Trabalho. – no máximo 2(dois) meses;
11. RESPONSÁVEL PELO PROCESSO Os trabalhos serão conduzidos pelo servidor do Município de Borda da Mata, Marco Antonio Rocha Villibor, designado Pregoeiro, e integrarão a Equipe de Apoio os servidores designados pela Portaria nº 105/2018 e pelos servidores responsáveis pelas compras, contratações e fiscalização de contratos licitatórios de cada Departamento e Secretaria designados pela Portaria nº 121/2018.
12. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES Serão apreciados recursos e impugnações previstos nas Leis que regem este Edital, e devidamente protocolado na sede da Prefeitura Municipal.



13. HORÁRIO E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA ESCLARECIMENTOS

Setor de Licitações, Compras, Patrimônio e Almojarifado.

De segunda-feira a sexta-feira das 10h às 15h

Praça Antônio Megale, nº 86 – Centro – Borda da Mata/MG - CEP: 37.564-000

Telefone: (35) 3445-4900

e-mail: licitacao@bordadamata.mg.gov.br



I - OBJETO

1.1. 1.1. **CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE PREGÃO PRESENCIAL A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPERVISÃO TÉCNICA NO ÂMBITO DO SUAS, VISANDO ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOCIAL, CAPACITAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EXECUÇÃO DO PROGRAMA ACESSUAS – PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CONFORME DETALHADO NO ANEXO I PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL.**

II - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que atendam às condições de habilitação estabelecidas neste instrumento convocatório, incluindo toda documentação solicitada e legislação pertinentes e anexos que fazem parte integrante do presente Edital.

2.2. Participarão da sessão oficial do pregão presencial os representantes efetivamente credenciados.

2.3. A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

3

III - CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento e Recebimento dos Envelopes serão executados exclusivamente no átrio da Prefeitura de Borda da Mata, na Praça Antônio Megale, nº 86, Centro.

3.2. Data e horário de Protocolo para Credenciamento concomitante com o Recebimento dos Envelopes de Proposta e Documentação:

Até o dia 22/10/2018 às 09:00.

3.2.1. Após este horário nenhuma solicitação de credenciamento será protocolada e nenhum envelope será recebido. A **exclusivo critério do Pregoeiro** este prazo poderá ser prorrogado para evitar restrições na concorrência.

3.3. Data e horário para Abertura da Sessão:

Dia 22/10/2018 a partir das 09:30.

3.4. Os representantes dos licitantes deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, devidamente munidos de:

3.4.1. Carteira de Identidade ou documento legal equivalente.

3.4.2. Carta de Credenciamento com firma reconhecida ou Procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, através da qual lhe seja atribuído poderes para

apresentar proposta, formular lances e praticar todos os atos em direito admitidos e pertinentes ao certame, em nome do licitante devidamente assinado (a) pelo seu representante legal.

3.4.3. Cópia autenticada do Contrato Social ou instrumento equivalente que comprove que o signatário da Carta de Credenciamento ou o outorgante do instrumento de procuração possui poderes de administração da empresa licitante.

3.5. O documento de credenciamento poderá obedecer ao modelo do **ANEXO II**, com firma reconhecida, e, se não o fizer, deverá conter todos os dados informativos necessários ao credenciamento.

3.6. Caso a empresa licitante seja representada por sócio, proprietário ou dirigente, o mesmo deverá apresentar Carteira de Identidade ou documento legal equivalente e cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social atualizado, no qual deverá constar como dirigente da mesma.

3.6.1. Na hipótese acima, não será necessária a reapresentação dos referidos documentos no envelope de documentação de habilitação.

3.7. Declaração dos interessados ou seus representantes de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação a teor do art. 4º, inciso VII da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/02. **(ANEXO VI)**.

3.8. O credenciamento do licitante ou de seu representante legal junto ao Pregoeiro implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial.

3.9. O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que não estiver sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, **CASO TENHA INTERESSE EM USUFRUIR DO TRATAMENTO FAVORECIDO** estabelecido nos artigos. 42 a 49 da lei citada deverá comprovar sua condição de ME ou EPP, por meio de:

3.9.1. Declaração de Condição de MEI, ME ou EPP, conforme modelo do **(ANEXO VII)**, e;

3.9.2. Certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, ou Ato de Enquadramento devidamente registrado na Junta Comercial. **(DEVERÁ COMPOR O CREDENCIAMENTO – FORA DO ENVELOPE)**

3.10. Os documentos exigidos neste instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, com exceção dos extraídos pela internet.

3.10.1. Quando as cópias não estiverem autenticadas, deverá apresentar o documento original durante a sessão para o Pregoeiro ou Equipe de Apoio realizar a conferência e autenticar.

3.11. Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

3.12. Não será necessária a reapresentação dos referidos documentos no envelope de documentação de habilitação.



ATENÇÃO: OS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO DEVERÃO SER ENTREGUES FORA DOS ENVELOPES.

IV - PROPOSTA COMERCIAL

4.1. A Proposta Comercial deverá ser entregue ao Pregoeiro na abertura da sessão pública deste certame, em envelope, colados e indevassáveis, sob pena de desqualificação, contendo em sua parte externa, as seguintes informações:

ENVELOPE Nº 01
<p>AO PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA PROCESSO LICITATÓRIO Nº PRC 286/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº PREG 090/2018 "PROPOSTA COMERCIAL" RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO</p>

4.2. A proposta indicará o nome da empresa e deverá ser apresentada em uma via, datilografada ou processada em computador, conforme modelo de Proposta Comercial constante do **ANEXO IV**, ou em modelo próprio em que conste:

4.2.1. Descrição do objeto, conforme especificações constantes no **ANEXO I**;

4.2.2. Preço Unitário do Item; Preço Total Global e Valor Total da Proposta.

4.2.3. Data e assinatura do representante legal da empresa, com a identificação de seu nome abaixo da assinatura;

4.3. As propostas não deverão impor condições ou opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas uma origem, uma marca e um preço para cada item licitado.

4.4. O preço deverá ser cotado considerando-se:

4.4.1. A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita exclusivamente no local indicado na Ordem de Fornecimento ou, em caso de omissão, na Sede da Prefeitura Municipal de Borda da Mata, sendo que nos preços ofertados deverão estar inclusos todos os encargos relacionados à prestação dos serviços, tais como: despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios, etc.;

4.4.2. Os preços devem ser expressos em moeda corrente do país, em numeral, com 2 (duas) casas decimais.

4.4.3. A Proposta Comercial terá validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data da sessão pública do Pregão.

4.4.4. Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante no ato da entrega de sua proposta comercial.

4.5. Após o recebimento dos envelopes de propostas não será admitido retirada da proposta ou alteração nas suas condições, bem como a inclusão, exclusão ou ainda a substituição de quaisquer documentos que façam parte integrante da proposta comercial.

4.6. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras para julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas formais que não afetem o seu conteúdo e relevar omissões puramente formais, observadas na proposta ou na documentação.

V - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos de Habilitação e Proposta Comercial deverão ser entregues ao Pregoeiro na abertura da sessão pública deste certame, em envelopes distintos, colados e indevassáveis, sob pena de desqualificação, contendo em sua parte externa, as seguintes informações:

ENVELOPE Nº 02
AO PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA PROCESSO LICITATÓRIO Nº PRC 286/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº PREG 090/2018 “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO

5.2. O licitante que ofertar o menor preço poderá apresentar o Certificado de Registro Cadastral – CRC, devidamente atualizado; e os documentos com prazos vencidos deverão ser reapresentados, de qualquer forma os licitantes devem apresentar os seguintes documentos:

5.3. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada pelo representante legal do licitante, quando esta não constar do CRC; (**MODELO ANEXO III**).

5.4. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores; (**MODELO ANEXO V**).

5.5. Habilitação jurídica, conforme o caso consistirá em:

5.5.1. Cópia da Cédula de Identidade;

5.5.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

5.5.3. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

5.5.4. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

5.5.5. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.6. Regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso consistira em:

5.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

5.6.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.6.3. Prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Municipal de seu domicílio;

5.6.4. Prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Estadual se for o caso;

5.6.5. Prova de regularidade fiscal para com os tributos e contribuições federais conjunta com Seguridade Social (INSS) – CND;

5.6.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

5.6.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

5.7. Qualificação Econômico-Financeira

5.7.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

5.8. Qualificação Técnica:

5.8.1 Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, comprovando a execução satisfatória para o fornecimento de material/serviço compatível com o objeto desta licitação, indicando o endereço e/ou meios para contato com o contratante, de forma a permitir possível diligência para esclarecimentos.

5.8.2. Atestado(s) emitido(s) e assinado(s) pelo representante legal da pessoa jurídica de direito público e/ou privado, em nome da licitante, comprovando a capacidade de execução e conclusão do programa ACESSUAS Trabalho;

5.8.3. Atestado(s) emitido(s) e assinado(s) pelo representante legal da pessoa jurídica de direito público e/ou privado, em nome da licitante, comprovando aptidão para desempenho de atividade de capacitações na área de Assistência Social, compatíveis em característica ao objeto desse edital.

5.8.4. Comprovação de que a empresa é Instituição de Ensino Superior credenciada pelo MEC.

5.8.5. Comprovação de que a empresa é credenciada na Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS (RENEP/SUAS).

5.9. Critérios para Aceitabilidade da Documentação:

5.9.1. Os documentos exigidos neste instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, com exceção dos extraídos pela internet.

5.9.2. Quando as cópias não estiverem devidamente autenticadas, deverá apresentar o documento original para conferência, a não apresentação do documento original implicará na inabilitação do licitante.

5.9.3. Os documentos que não possuem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão estar datados até 60 (sessenta) dias retroativos à data da sessão pública do Pregão.

5.9.4. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

5.9.5. Toda e qualquer documentação, em qualquer meio, da licitante deverá se referir ao número de CNPJ da Pessoa Jurídica que efetivamente irá fornecer o(s) bem(ns) ou prestar o(s) serviço(s), quer seja matriz quer seja filial (artigo 75, § 1º, Lei nº 10.406/02 – Código Civil Brasileiro) sob risco de inabilitação.

5.9.6 Após o recebimento dos envelopes de documentação não será admitido cancelamento, inclusão, exclusão ou ainda a substituição de documentos.

VI – PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

6.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas licitantes, o Pregoeiro declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais se aceitarão novos licitantes, dando-se início ao recebimento dos envelopes contendo as Propostas Comerciais e os Documentos de Habilitação.

6.2. Classificação das Propostas Comerciais.

6.2.1. Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

6.2.2. O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço unitário do item e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.

6.2.3. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos

6.3. Lances Verbais

6.3.1. Aos licitantes classificados, será dada a oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais.

6.3.2. Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.

6.3.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

6.4. Julgamento

6.4.1. O critério de julgamento será o de **Menor Preço Global**.

6.4.2. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

6.4.2.1. Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

6.4.3. Caso a proposta mais bem classificada não seja apresentada por uma microempresa ou empresa de pequeno porte e se houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% superior à melhor proposta proceder-se-á da seguinte forma:

6.4.3.1. Será oportunizado o exercício do direito de preferência à microempresa ou empresa de pequeno porte, que consiste na possibilidade dela apresentar proposta de preço inferior à empresa melhor classificada que não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.4.3.2. O novo valor proposto pela microempresa ou empresa de pequeno porte deve ser apresentado após o encerramento da fase de lances, conforme convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão do direito de preferência.

6.4.4. Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

6.4.5. Quando a licitante se tratar de *microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP)*, esta **NÃO FICA ISENTA DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO acerca de sua regularidade fiscal**, entretanto, caso haja alguma restrição, impropriedade ou pendência, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial será o momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para comprovação da regularização da documentação, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública.

6.4.6. Constatado o atendimento pleno às exigências, será declarado o licitante vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

6.4.7. Se a proposta não for aceitável ou o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do licitante, na ordem de classificação, e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital, para o qual apresentou proposta.

6.4.9. Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os licitantes credenciados, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a

mesma assinada, ao final, pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e pelo(s) representante(s) credenciado(s) do(s) licitante(s) presente(s) à sessão ou por representantes entre eles escolhidos.

6.4.10. Ao final da sessão, caso não haja intenção de interposição de recurso e o preço final seja igual ou inferior ao previsto para a aquisição dos objetos será feita, pelo Pregoeiro, a adjudicação ao licitante declarado vencedor do certame e encerrada a reunião. Posteriormente, o processo, devidamente instruído, será encaminhado para a Autoridade competente para homologação e subsequente contratação.

6.4.11. Decididos os recursos ou transcorrido *in albis* o prazo para sua interposição, o Pregoeiro devolverá, aos licitantes, julgados desclassificados em todos os itens, os envelopes “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”.

VII – IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

7.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, na sala da Comissão Permanente de Licitação.

7.1.1. As razões e contrarrazões deverão ser apresentadas na sede da Prefeitura Municipal de Borda da Mata.

7.2. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do Pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva Ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da lavratura da Ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

7.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

7.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.5. O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos deste órgão e comunicado a todos os licitantes via E-mail, fax ou Correios.

7.6. Somente serão aceitos recursos e impugnações previstos nas Leis Federais nº. 10.520/02 e conforme consta no § 1º do Art. 41 da Lei 8.666/93:

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.



VIII – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 8.1.** A adjudicação do objeto licitado será Global.
- 8.2.** Inexistindo manifestação recursal o Pregoeiro adjudicará o objeto de cada item ao licitante vencedor, competindo à autoridade superior homologar o procedimento licitatório.
- 8.3.** Decididos os recursos porventura interpostos, e constatados a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

IX – CONTRATAÇÃO

- 9.1.** A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura Contrato, cuja respectiva minuta constitui **ANEXO IX** do presente Edital.
- 9.2.** A adjudicatária deverá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação, comparecer na Prefeitura Municipal de Borda da Mata/MG para assinar contrato.
- 9.3.** Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o contrato, caracterizada a desistência, serão convocadas as demais licitantes classificadas.
- 9.4.** Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 08 (oito) dias úteis, contados da divulgação do aviso.
- 9.5.** A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no diário oficial do Município e site www.bordadamata.gov.mg.br.
- 9.6.** Em caso de inexecução total ou parcial no tocante a entrega do objeto licitado, sujeitar-se-á licitante vencedor às penalidades previstas nos item XIV.

11

X – PAGAMENTO

- 10.1.** A dotação orçamentária para o exercício de 2018, destinada ao pagamento do objeto licitado está prevista e indicada no processo pela área competente do Município de Borda da Mata, sob a rubrica:

02 02 05 08 243 0015 2.055 339039 - FICHA 0507

- 10.2.** Para os exercícios seguintes a despesa correrá por conta das dotações orçamentárias consignadas nos orçamentos futuros.
- 10.3.** O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado até 30 (trinta) dias da entrega da respectiva **Nota Fiscal em 2 (duas) vias**, no Departamento de Finanças do Município de Borda da Mata, por processo legal, após a devida comprovação do fornecimento nas condições exigidas e apresentação dos documentos fiscais devidos.
- 10.4.** Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

10.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

XI – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

11.1. Constituem obrigações da Prefeitura Municipal de Borda da Mata, em especial:

11.2. Efetuar o recebimento do objeto desta licitação mediante recibo, definitivamente, referente a parcela da obrigação contratual cumprida, que deverá corresponder ao mês comercial ou sua fração, no caso da execução ocorrer durante apenas parte do período do mês comercial.

11.3. Efetuar o pagamento do objeto desta licitação, nos termos do Item X deste Edital mediante **Nota Fiscal em 2 (duas) vias** devidamente atestadas.

11.4. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a entrega do objeto.

XII - DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE VENCEDORA

12.1. Executar o objeto deste PREGÃO, conforme solicitação do Departamento Municipal de Desenvolvimento Social, obedecendo aos critérios detalhados no Anexo I – Termo de Referência, em total conformidade com o Edital e seus Anexos.

12.1.1. A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita exclusivamente no local indicado na Ordem de Fornecimento/serviço ou, em caso de omissão, na Sede da Prefeitura Municipal de Borda da Mata, ficando responsável por qualquer erro na Proposta apresentada, obrigando-se a entregar os objetos conforme exigido neste edital e em seus anexos;

12.3. Obriga-se a proponente vencedora a manter durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial no tocante a regularidade perante a Fazenda, INSS e FGTS;

12.4. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas decorrentes da execução do objeto licitado e, ainda, por todos os danos e prejuízos que causar a seus funcionários ou a terceiros em virtude de execução do presente;

12.5. Cumprir orientação do órgão fiscalizador e/ou do executor do Contrato.

12.6. Cumprir com os termos do Art. 15, Inc. I, da Lei 8.666/93:

I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;

12.7. Ressarcir à Prefeitura Municipal de Borda da Mata quaisquer danos ou prejuízos causados em decorrência da execução dos serviços.

12.8. Proposta de Trabalho:

12.8.1. Produto 1:

12.8.1.1. Elaboração do diagnóstico sócio territorial do Município De Borda Da Mata/Mg.

12.8.1.2. O Diagnóstico Social será o instrumento basilar capaz de identificar, nas diferentes regiões da cidade, as questões prioritárias e acompanhar, ao longo do tempo, as mudanças ocorridas na situação de cada área da cidade. Com isto, será possível planejar, monitorar e avaliar a execução da Política de Assistência Social desenvolvida.

12.8.1.3. Considerando as prerrogativas e diretrizes do SUAS, se faz necessário trabalhar contemplando um planejamento de base territorial que possibilita um conhecimento das demandas existentes no município, é preciso analisar separadamente os diferentes espaços que os compõem, caracterizar especificidades e prioridades de ação de acordo com a realidade de cada um.

12.8.1.4. A partir da definição da territorialização será feita a divisão da cidade em áreas de análise, para as quais todos os indicadores deverão ser calculados. Essa territorialização será proposta pela empresa contratada, com base nas divisões territoriais já existentes no município, levando em conta ainda fatores de homogeneidade socioeconômica e comunitária.

12.8.1.5. Para poder cumprir estas funções, o diagnóstico deverá ser desenvolvido com base em um amplo conjunto de indicadores que poderão ser elaborados de fontes locais (quanto existir), através de coleta e análise de dados (por amostragem), como também de fontes nacionais (IPEA, IBGE, PNAD, IDH, Cadastro Único e IMRS). Muito mais do que simplesmente apontar áreas de “vulnerabilidade”, o uso de um conjunto amplo de indicadores possibilitará uma análise minuciosa da realidade do município em cada uma de suas áreas do ponto de vista social e da garantia de direitos. Isso permitirá um conhecimento aprofundado da realidade, base para os processos de planejamento técnicos.

12.8.1.6. O Diagnóstico deverá conter diversos níveis de informação obtidos pelos diversos indicadores definidos, podendo ser acrescidos novos dados de acordo com a análise inicial a ser feita em conjunto entre a empresa executora e o contratante. Os indicadores deverão ser calculados para cada uma das regiões de análise e para o município inteiro. Poderão eventualmente ser excluídos indicadores para os quais não houver fonte de informação disponível, devendo a impossibilidade ser devidamente demonstrada em relatório específico.

12.8.2. Indicadores e percentuais de demanda:

12.8.2.1. Análise histórico-conjuntural da realidade do município (zona urbana, rural): estimativa da população, característica do município, perfil socioeconômico, bairros, infraestrutura, equipamentos públicos e privados das políticas sociais do município, habitantes por domicílio tendo como apoio os indicadores sociais, demográficos e econômicos; o conhecimento da rede social e das demandas sociais;

12.8.2.2. Informações sobre a população destinatária, demandas expressas, emergentes e potenciais;

12.8.2.3. Percentual de famílias atendidas na rede sócia assistencial pelos Benefícios Eventuais. (percentual de encaminhamentos realizados pelo legislativo, faixa salarial das famílias beneficiárias, quais bairros tem maior população beneficiária).

12.8.2.4. Indicadores de saúde: mortalidade infantil, mortalidade neonatal precoce, mortalidade neonatal tardia, mortalidade pós-neonatal, percentual de gestantes com número insuficiente de consultas pré-natal, fatores que contribuem para realização do pré – natal tardio, indicadores

de deficiência pós-parto baixo peso ao nascer, internação por IRA (internação por infecção respiratória aguda), internação por DDA (internação por doença diarreica aguda), coeficientes de desnutrição, doenças prevalentes.

12.8.2.5. Indicadores de educação: índices de analfabetismo, evasão/reprovação/anos de permanência na escola, cobertura de creche, cobertura de pré-escola, reprovação, abandono e distorção de idade nos ensinos fundamental e médio.

12.8.2.6. Indicadores socioeconômicos: Percentual de população por área (urbana e rural) e sexo, faixa de renda familiar e per capita na área urbana e rural, densidade por dormitório, saneamento básico.

12.8.2.7. Percentual (por amostragem) de famílias monoparentais masculinas e femininas e famílias extensas, índice de pobreza, total de famílias em situação de pobreza, trabalho infantil, idosos em situação de vulnerabilidade, crianças e adolescentes em situação de violência; abuso sexual; negligência; com perfil para acolhimento.

12.8.2.8. Indicadores de violência intrafamiliar: crimes violentos fatais por faixa etária, crimes violentos não fatais por faixa etária, mortalidade geral, mortalidade juvenil total, envolvimento com ato infracional, agressão a crianças, agressão a mulheres, agressão a idosos, abrigo de crianças, abrigo de idosos, famílias na qual há usuários de drogas ilícitas com menos de 16 anos.

12.8.2.9. Indicadores de pessoas com deficiência;

12.8.2.10. Indicadores produzidos por meio demais informações coletadas no município.

12.8.3. Indicadores de oferta:

12.8.3.1. Número/percentual de famílias e indivíduos por faixa etária inseridas na rede de proteção social básica.

12.8.3.2. Número/percentual de pessoas por faixa etária inseridas em programas de atendimento para qualificação profissional e inclusão produtiva.

12.8.3.4. Número/percentual de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

12.8.3.5. Número/percentual de famílias e indivíduos por faixas etárias inseridas na rede de proteção social especial.

12.8.3.6. Número/percentual de famílias inseridas em programas estaduais e federais, vinculadas à assistência social.

12.8.3.7. Número/percentual de crianças e adolescentes inseridas na rede de proteção social básica por tipo de serviço.

12.8.3.8. Número/percentual de crianças e adolescentes inseridas na rede de proteção social especial por tipo de serviço.

12.8.3.9. Número/percentual de crianças e adolescentes inseridas nos grupos do SCFV

12.8.3.10. Número/percentual de idosos que recebem BPC- Benefício de Prestação Continuada.

12.8.3.11. Número/percentual de idosos inseridos na rede de proteção social especial.

12.8.3.12. Número/percentual de idosos inseridos na rede de proteção social básica (ex. centros ou grupos de convivência).

12.8.3.13. Número/percentual de pessoas com deficiência beneficiárias BPC.

12.8.3.14. Número/percentual de pessoas com deficiência inseridas na rede de proteção social básica e especial.

12.8.3.15. Localização e atendimentos da rede direta da Assistência Social.

12.8.3.16. Localização e atendimentos da rede conveniada da Assistência Social.

12.8.3.17. Valores de investimento público municipal, estadual e federal na Política de Assistência Social;

12.8.3.18. Proporção da receita total do município aplicada na Política de Assistência Social;

12.8.3.19. Complementação de informação que poderão ser realizadas:

12.8.3.20. Mapa Social, que consolidará os dados para comparar as diferentes regiões da cidade e mostrar aquelas em que os direitos sociais estão menos protegidos e, por isso, são prioridades de ação. As regiões são classificadas em faixas do mais prioritário ao menos prioritário, levando em conta o resultado dos indicadores que a compõem.

12.8.3.21. Mapa da rede de atendimento da Assistência Social e das redes de políticas sociais existente no município.

12.8.3.22. Tais indicadores e informações são importantes para que se configurem os problemas a serem enfrentados no campo de ação da assistência social, racionalizando soluções e definindo encaminhamentos integrados.

12.8.3.23. Após a identificação dos problemas e demandas deverá ser relacionado o conjunto de serviços, programas e benefícios oferecidos pela Assistência Social no município. Deverá ser realizado o mapeamento e análise da rede de serviços quanto:

12.8.3.23.1. Localização, natureza das atenções oferecidas.

12.8.3.24. Quadro 1 - Etapas Do Diagnóstico:

ETAPAS	DESCRIÇÃO
Definição da divisão em regiões	As regiões nas quais a cidade é dividida para fins do diagnóstico social são definidas por meio de análise de homogeneidade socioeconômica de áreas adjacentes. Isso permite o agrupamento de bairros, constituindo regiões que sejam adequadas para captar as diferenças intraurbanas. Caso a cidade já possua um abairramento claramente definido ou áreas de planejamento oficiais, essas divisões serão consideradas.

Validação dos indicadores	Para a construção dos indicadores, conforme determinação da LOAS e da NOB/SUAS 2012, serão contemplados indicadores relativos a diversos aspectos correlatos aos direitos sociais, à situação da infância e adolescência, idosos e de trabalho e renda. O conjunto de indicadores deverá ser validado junto à Secretaria Municipal de responsável pela execução da política de assistência social no início dos trabalhos, juntamente com as dimensões propostas.
Definição das informações	Serão definidas as informações que comporão o sistema, como por exemplo, o número de entidades por área ou distribuição dos equipamentos da assistência social, entre outros que serão propostos pelo município para atender às suas necessidades.
Coleta e processamento de dados	A partir da validação do sistema de indicadores, será realizada a coleta de dados por amostragem (aproximadamente 1.000 questionários) e suas análises. A partir dos dados, serão calculados todos os indicadores. Como parte do processo de levantamento de dados, serão solicitadas informações a todas as entidades governamentais e não governamentais que compõem a rede sócio assistencial.
Cálculo das dimensões e mapa social	Com todos os indicadores calculados, deverá ser aplicada a metodologia de escolha multicritério, que permite comparar e hierarquizar as diferentes áreas da cidade. A escolha multicritério analisa os grupos de indicadores de cada dimensão e faz a comparação das áreas para produzir os mapas e analisa o conjunto total de indicadores comparando as áreas para produzir o mapa social
Produção final	Todos os dados, tabelas e mapas serão montados em formato de CSV/EXCEL, disponibilizado e distribuído por meio de CD em um arquivo único executável. E consolidado em UM produto final em formato impresso seguindo os padrões e normas estabelecidos pela ABNT.

12.8.3.25. Para o desenvolvimento do trabalho, a Prefeitura Municipal dará o apoio institucional necessário para a solicitação de dados de fontes externas à própria Prefeitura.

12.8.4. Produto 2:

12.8.4.1. Supervisão técnica para capacitação e assessoria na elaboração do plano municipal de assistência social

12.8.4.1.2. A política de assistência social requer, assim como qualquer outra política social pública, planos para a definição de objetivos, foco e intencionalidades de ações, permitindo a articulação antecipada de atuações de cunho preventivo, proativo e protetivo, ou seja, possibilitando uma antevisão municipal das situações que demandam atuação.

12.8.4.1.3. A estrutura do Plano Municipal de Assistência Social comportará, em especial, os objetivos gerais e específicos de sua elaboração; as diretrizes e prioridades deliberadas; as ações e estratégias correspondentes para sua implementação; as metas pactuadas e estabelecidas; os resultados e impactos esperados; os recursos materiais humanos e financeiros disponíveis e necessários; os mecanismos e fontes de financiamento; a cobertura da rede prestadora de serviços; os indicadores de monitoramento e avaliação e o espaço temporal de execução com base nas informações colhidas no Diagnóstico Social e deverá seguir as definições constantes na NOB SUAS 2012, que define a sua estrutura.

12.8.4.1.4. Plano deverá conter como linhas fundamentais:

12.8.4.1.5. A estruturação do SUAS no município, levando em conta toda a legislação e normativas pertinentes, em especial a Tipificação Nacional dos Serviços Sócio assistenciais;

12.8.4.1.6. A definição de linhas de ação para atendimento das áreas prioritárias do município, identificadas no Diagnóstico Social;

12.8.4.1.7. A definição de atividades, metas, prazos e responsáveis para ações da Assistência Social pelo período de vigência do Plano.

12.8.4.1.8. Quadro 2 – etapas para construção do plano municipal de assistência social:

ETAPAS	DESCRIÇÃO
Análise do Diagnóstico	Os dados levantados pelo Diagnóstico Social serão analisados em oficina participativa com a presença da Secretaria responsável pela execução da política municipal de assistência social, com as coordenadoras dos serviços, de proteção social básica e especial, Conselho municipal de Assistência Social (CMAS). Serão solicitadas e discutidas também informações sobre a organização e funcionamento dos serviços, em aspectos que sejam considerados relevantes para a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social.
Capacitação, discussão para alinhamento conceitual	Deverão ser realizadas reuniões com todos os atores da área de Assistência Social, das áreas governamental e não governamental, para apresentação do processo que será desenvolvido e alinhamento conceitual a respeito de: O que é o plano e seus usos; O que é o diagnóstico; O conceito de territorialização e suas relações com o SUAS; A tipificação dos serviços; As exigências da NOB SUAS 2012. Nesta reunião inicial, deverão sair grupos de trabalho específicos para a discussão de fluxos e formas de funcionamento da Assistência Social nos diferentes níveis de atuação (básica e especial de média e alta complexidade), com a possibilidade de que os atores participem de mais de um grupo.
	A elaboração do plano seguirá seguinte roteiro, constituído de:

Oficinas para Elaboração do plano	Análise de todos os dados coletados e resultados dos Grupos de Trabalho e consolidação; Análise das deliberações da última conferência municipal de assistência social; Do Plano Decenal de assistência Social, produzido pelo CNAS Elaboração de Plano Base; Discussão do Plano Base com o gestor e outros participantes, incluindo a sociedade civil; Elaboração do documento final; Plenária final, conjunta de todos os atores, para validação dos resultados.
Produção final	Todos os dados, tabelas e mapas serão montados constituindo um sistema que pode ser disponibilizado por meio de CD em um arquivo único executável. E consolidado em um produto final em formato impresso seguindo os padrões e normas estabelecidos pela ABNT

12.8.5. Produto 3:

12.8.5.1. Execução do programa ACESSUAS trabalho

12.8.5.2. Em consonância com as disposições da Portaria MDS nº 143/2012 e da Resolução CNAS nº 25/2016, executar o programa ACESSUAS trabalho, que visa a inclusão produtiva do público prioritário da Política de Assistência Social, através da identificação do perfil do público alvo do ACESSUAS, Mapeamento das ofertas de trabalhos no território e articulação com as demais políticas públicas, apresentar documento prognóstico com orientações técnicas que tragam mais assertividades na tomada de decisão dos gestores municipais do SUAS.

18

12.8.5.3. Quadro 3 – Etapas Para Execução Do ACESSUAS:

ETAPAS	DESCRIÇÃO
Identificação do perfil do público alvo	Levantar e analisar as características do público investigado, buscando conhecer seu potencial de trabalho, histórico profissional, habilidades que possam ser aplicadas em ações produtivas e condições para ingresso no mercado de trabalho.
Mapeamento de oportunidades de inclusão produtiva e trabalho.	Sondagem da economia local para identificar postos de trabalho disponíveis e perspectivas do mercado quanto a contratação de mão de obra, sobremaneira, para as atividades que se enquadram no perfil do público alvo do programa ACESSUAS.
Análise de dados e construção de cenários prospectivos.	A partir das informações do público alvo e do mercado, construir/analisar cenários que orientem a tomada de decisão dos gestores públicos na geração de renda e inclusão produtiva do público alvo.
Prognóstico e plano de ação para articulação das políticas públicas	Mobilização da rede Inter setorial para elaboração de um plano de ação que distribua responsabilidades entre os diversos atores da rede Inter setorial e trace metas para inclusão produtiva do público ACESSUAS.,

12.8.6. Prazos Para A Execução Das Prestações De Serviços:

12.8.6.1. PRODUTO 1 – Diagnostico sócio territorial – no máximo 4(quatro) meses;

12.8.6.2. PRODUTO 2 - Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social - no máximo 2(dois) meses;

12.8.6.3. PRODUTO 3 – Prognóstico do Programa ACESSUAS Trabalho. – no máximo 2(dois) meses;

XIII – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

13.1. A prestação de serviço do objeto licitado deverá ocorrer de acordo com o cronograma abaixo, elaborado com as necessidades do Departamento Municipal de Desenvolvimento Social onde se encontra no Anexo I – Termo de Referencia Item 1.3.3, a partir da emissão da Ordem de Prestação de Serviço que poderá ocorrer por meios eletrônicos (E-mail informado), e/ou, contato telefônico, devidamente documentado.

13.1.1. Cronograma:

13.1.1.1. Produto 1 – Diagnostico sócio territorial - no máximo 4(quatro) meses;

13.1.1.2. Produto 2 - Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social - no máximo 2(dois) meses;

13.1.1.3. Produto 3 – Prognóstico do Programa ACESSUAS Trabalho. – no máximo 2 (dois) meses.

13.2. A duração do contrato terá vigência até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, até o limite total de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

XIV - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520 de 17/07/2002, o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municipais, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

14.2. DAS SANÇÕES PARA OS CASOS DE INADIMPLEMENTO:

14.2.1. Pelo atraso injustificado, inexecução total ou parcial do objeto, fica sujeito o licitante vencedor às penalidades previstas no caput do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93, na seguinte conformidade:

14.2.1.1. Atraso até 10 (dez) dias: multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor estimado da obrigação, por dia de atraso;

14.2.1.2. Atraso superior a 10 (dez) dias até o limite de 30 (trinta) dias: será aplicada a penalidade de advertência e multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre o valor estimado da obrigação, por dia de atraso;

14.2.1.3. Pela inexecução parcial do Contrato, assim considerada entre outras inadimplências contratuais, o atraso superior a trinta dias na entrega do objeto, a Administração, garantida a prévia defesa, procederá a rescisão unilateral do contrato e, poderá aplicar ao Contratado a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Borda da Mata por até 2 (dois) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da obrigação;

14.2.1.4. Pela inexecução total do Contrato, a Administração, garantida a prévia defesa procederá à rescisão unilateral do contrato e, poderá aplicar ao Contratado a penalidade prevista no item 14.1 e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

14.2.2. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

14.2.3. O prazo para pagamento da multa será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do licitante vencedor apenado. Não havendo pagamento pelo licitante vencedor, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se o devedor ao processo judicial de execução.

14.3. DA RESCISÃO DO CONTRATO:

14.3.1. A rescisão do Contrato poderá ser da seguinte maneira:

14.3.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93;

14.3.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.

14.3.2. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, da mesma Lei.

14.4. EXTENSÃO DAS PENALIDADES

14.4.1. As sanções de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderão ser também, aplicada àqueles que:

14.4.1.1. Retardarem a execução do pregão;

14.4.1.2. Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

14.4.1.3. Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

XV - VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO

15.1. Estima-se para o exercício de 2018 o valor do Contrato em **R\$ 108.783,33 (cento e oito mil setecentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos).**



XVI - DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão do Contrato, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

16.2. A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, sendo a empresa licitante responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

16.3. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica.

16.4. Na análise da documentação e no julgamento das propostas de preço, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados, e havendo necessidade de esclarecimentos, o Pregoeiro poderá ainda suspender a sessão para sanar dúvidas, sempre que necessário.

16.5. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto às licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no § 3º do art. 43 da Lei Federal 8.666/93.

16.6. Para atender a seus interesses, o Município de Borda da Mata reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65, da Lei Federal nº. 8.666/93.

16.7 Cópia deste instrumento convocatório estará disponível para leitura no quadro de avisos localizado no hall de entrada (andar térreo) da sede da Prefeitura Municipal de Borda da Mata e disponível no site <http://www.bordadamata.mg.gov.br>.

16.8. Cópias reprográficas deste instrumento podem ser solicitadas ao Setor de Licitações mediante prova de recolhimento do valor de custo junto ao Setor de Tributos.

16.9. As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site <http://www.bordadamata.mg.gov.br>, bem como as publicações nos Diários Oficiais do Estado e/ou da União, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

16.10. Eventuais esclarecimentos sobre o edital poderão ser solicitados exclusivamente pelo telefone (35) 3445-4900.

XVII - ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL

Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

17.1. Anexo I – Termo de Referência;



17.2. Anexo II - Modelo de Carta de Credenciamento;
Deverá ser entregue fora dos envelopes.

17.3. Anexo III - Modelo de Declaração de Cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil;

17.4. Anexo IV – Modelo de Proposta Comercial.

17.5. Anexo V – Declaração negativa de inidoneidade e ausência de fato impeditiva.

17.6. Anexo VI – Modelo de Declaração de requisitos de habilitação.
Deverá ser entregue fora dos envelopes.

17.7. Anexo VII – Modelo de Declaração de Condição de MEI, ME ou EPP

17.8 Anexo IX – Minuta do Contrato.

Borda da Mata, 28 de setembro de 2018.

Marco Antonio Rocha Villibor
Pregoeiro



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº PRC 286/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº PREG 090/2018**

Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPERVISÃO TÉCNICA NO ÂMBITO DO SUAS, VISANDO ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOCIAL, CAPACITAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EXECUÇÃO DO PROGRAMA ACESSUAS – PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ESPORTE E LAZER, CONFORME DETALHADO ABAIXO.

PLANILHA DEMONSTRATIVA DE DETALHAMENTO

OBS: A Administração reserva-se ao direito de não adjudicar itens com preço acima do máximo aceitável.

TERMO DE REFERÊNCIA

CÓDIGO	ITEM	PRODUTO	UNID	QTD	PREÇO MÉDIO GLOBAL R\$
25.173	1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO DIAGNOSTICO SOCIAL	Serviço	1	R\$ 108.783,33

23

CRITÉRIOS DE EXECUÇÃO

1. PROPOSTA DE TRABALHO

1.1. PRODUTO 1:

1.1.1. ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SÓCIOTERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA/MG:

1.1.1.1. O Diagnóstico Social será o instrumento basilar capaz de identificar, nas diferentes regiões da cidade, as questões prioritárias e acompanhar, ao longo do tempo, as mudanças ocorridas na situação de cada área da cidade. Com isto, será possível planejar, monitorar e avaliar a execução da Política de Assistência Social desenvolvida.

1.1.1.2. Considerando as prerrogativas e diretrizes do SUAS, se faz necessário trabalhar contemplando um planejamento de base territorial que possibilita um conhecimento das demandas existentes no município, é preciso analisar separadamente os diferentes espaços

que os compõem, caracterizar especificidades e prioridades de ação de acordo com a realidade de cada um.

1.1.1.3. A partir da definição da territorialização será feita a divisão da cidade em áreas de análise, para as quais todos os indicadores deverão ser calculados. Essa territorialização será proposta pela empresa contratada, com base nas divisões territoriais já existentes no município, levando em conta ainda fatores de homogeneidade socioeconômica e comunitária.

1.1.1.4. Para poder cumprir estas funções, o diagnóstico deverá ser desenvolvido com base em um amplo conjunto de indicadores que poderão ser elaborados de fontes locais (quanto existir), através de coleta e análise de dados (por amostragem), como também de fontes nacionais (IPEA, IBGE, PNAD, IDH, Cadastro Único e IMRS). Muito mais do que simplesmente apontar áreas de “vulnerabilidade”, o uso de um conjunto amplo de indicadores possibilitará uma análise minuciosa da realidade do município em cada uma de suas áreas do ponto de vista social e da garantia de direitos. Isso permitirá um conhecimento aprofundado da realidade, base para os processos de planejamento técnicos.

1.1.1.4. O Diagnóstico deverá conter diversos níveis de informação obtidos pelos diversos indicadores definidos, podendo ser acrescidos novos dados de acordo com a análise inicial a ser feita em conjunto entre a empresa executora e o contratante. Os indicadores deverão ser calculados para cada uma das regiões de análise e para o município inteiro. Poderão eventualmente ser excluídos indicadores para os quais não houver fonte de informação disponível, devendo a impossibilidade ser devidamente demonstrada em relatório específico.

1.1.2. INDICADORES E PERCENTUAIS DE DEMANDA:

1.1.2.1. Análise histórico-conjuntural da realidade do município (zona urbana, rural): estimativa da população, característica do município, perfil socioeconômico, bairros, infra estrutura, equipamentos públicos e privados das políticas sociais do município, habitantes por domicílio tendo como apoio os indicadores sociais, demográficos e econômicos; o conhecimento da rede social e das demandas sociais;

1.1.2.2. Informações sobre a população destinatária, demandas expressas, emergentes e potenciais;

1.1.2.3. Percentual de famílias atendidas na rede sócia assistencial pelos Benefícios Eventuais. (percentual de encaminhamentos realizados pelo legislativo, faixa salarial das famílias beneficiárias, quais bairros tem maior população beneficiária).

1.1.2.4. Indicadores de saúde: mortalidade infantil, mortalidade neonatal precoce, mortalidade neonatal tardia, mortalidade pós-neonatal, percentual de gestantes com número insuficiente de consultas pré-natal, fatores que contribuem para realização do pré – natal tardio, indicadores de deficiência pós-parto baixo peso ao nascer, internação por IRA (internação por infecção respiratória aguda), internação por DDA (internação por doença diarreica aguda), coeficientes de desnutrição, doenças prevalentes.

1.1.2.5. Indicadores de educação: índices de analfabetismo, evasão/reprovação/anos de permanência na escola, cobertura de creche, cobertura de pré-escola, reprovação, abandono e distorção de idade nos ensinos fundamental e médio.

1.1.2.6. Indicadores socioeconômicos: Percentual de população por área (urbana e rural) e sexo, faixa de renda familiar e per capita na área urbana e rural, densidade por dormitório, saneamento básico.

1.1.2.7. Percentual (por amostragem) de famílias monoparentais masculinas e femininas e famílias extensas, índice de pobreza, total de famílias em situação de pobreza, trabalho infantil, idosos em situação de vulnerabilidade, crianças e adolescentes em situação de violência; abuso sexual; negligência; com perfil para acolhimento.

1.1.2.8. Indicadores de violência intrafamiliar: crimes violentos fatais por faixa etária, crimes violentos não fatais por faixa etária, mortalidade geral, mortalidade juvenil total, envolvimento com ato infracional, agressão a crianças, agressão a mulheres, agressão a idosos, abrigo de crianças, abrigo de idosos, famílias na qual há usuários de drogas ilícitas com menos de 16 anos.

1.1.2.9. Indicadores de pessoas com deficiência;

1.1.2.10. Indicadores produzidos por meio demais informações coletadas no município.

1.1.3. INDICADORES DE OFERTA:

1.1.3.1. Número/percentual de famílias e indivíduos por faixa etária inseridas na rede de proteção social básica.

1.1.3.2. Número/percentual de pessoas por faixa etária inseridas em programas de atendimento para qualificação profissional e inclusão produtiva.

1.1.3.4. Número/percentual de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

1.1.3.5. Número/percentual de famílias e indivíduos por faixas etárias inseridas na rede de proteção social especial.

1.1.3.6. Número/percentual de famílias inseridas em programas estaduais e federais, vinculadas à assistência social.

1.1.3.7. Número/percentual de crianças e adolescentes inseridas na rede de proteção social básica por tipo de serviço.

1.1.3.8. Número/percentual de crianças e adolescentes inseridas na rede de proteção social especial por tipo de serviço.

1.1.3.9. Número/percentual de crianças e adolescentes inseridas nos grupos do SCFV

1.1.3.10. Número/percentual de idosos que recebem BPC- Benefício de Prestação Continuada.

1.1.3.11. Número/percentual de idosos inseridos na rede de proteção social especial.

1.1.3.12. Número/percentual de idosos inseridos na rede de proteção social básica (ex. centros ou grupos de convivência).

1.1.3.13. Número/percentual de pessoas com deficiência beneficiárias BPC.

1.1.3.14. Número/percentual de pessoas com deficiência inseridas na rede de proteção social básica e especial.

1.1.3.15. Localização e atendimentos da rede direta da Assistência Social.

1.1.3.16. Localização e atendimentos da rede conveniada da Assistência Social.

1.1.3.17. Valores de investimento público municipal, estadual e federal na Política de Assistência Social;

1.1.3.18. Proporção da receita total do município aplicada na Política de Assistência Social;

1.1.3.19. Complementação de informação que poderão ser realizadas:

1.1.3.20. Mapa Social, que consolidará os dados para comparar as diferentes regiões da cidade e mostrar aquelas em que os direitos sociais estão menos protegidos e, por isso, são prioridades de ação. As regiões são classificadas em faixas do mais prioritário ao menos prioritário, levando em conta o resultado dos indicadores que a compõem.

1.1.3.21. Mapa da rede de atendimento da Assistência Social e das redes de políticas sociais existente no município.

1.1.3.22. Tais indicadores e informações são importantes para que se configurem os problemas a serem enfrentados no campo de ação da assistência social, racionalizando soluções e definindo encaminhamentos integrados.

1.1.3.23. Após a identificação dos problemas e demandas deverá ser relacionado o conjunto de serviços, programas e benefícios oferecidos pela Assistência Social no município. Deverá ser realizado o mapeamento e análise da rede de serviços quanto:

1.1.3.23.1. Localização, natureza das atenções oferecidas.

1.1.2.24. QUADRO 1 - ETAPAS DO DIAGNÓSTICO:

ETAPAS	DESCRIÇÃO
Definição da divisão em regiões	As regiões nas quais a cidade é dividida para fins do diagnóstico social são definidas por meio de análise de homogeneidade socioeconômica de áreas adjacentes. Isso permite o agrupamento de bairros, constituindo regiões que sejam adequadas para captar as diferenças intraurbanas. Caso a cidade já possua um abairramento claramente definido ou áreas de planejamento oficiais, essas divisões serão consideradas.
Validação dos indicadores	Para a construção dos indicadores, conforme determinação da LOAS e da NOB/SUAS 2012, serão contemplados indicadores relativos a diversos aspectos correlatos aos direitos sociais, à situação da infância e adolescência, idosos e de trabalho e renda. O conjunto de indicadores deverá ser validado junto à Secretaria Municipal de responsável pela execução da política de assistência social no início dos trabalhos, juntamente com as dimensões propostas.
Definição das informações	Serão definidas as informações que comporão o sistema, como por exemplo, o número de entidades por área ou distribuição dos

	equipamentos da assistência social, entre outros que serão propostos pelo município para atender às suas necessidades.
Coleta e processamento de dados	A partir da validação do sistema de indicadores, será realizada a coleta de dados por amostragem (aproximadamente 1.000 questionários) e suas análises. A partir dos dados, serão calculados todos os indicadores. Como parte do processo de levantamento de dados, serão solicitadas informações a todas as entidades governamentais e não governamentais que compõem a rede sócio assistencial.
Cálculo das dimensões e mapa social	Com todos os indicadores calculados, deverá ser aplicada a metodologia de escolha multicritério, que permite comparar e hierarquizar as diferentes áreas da cidade. A escolha multicritério analisa os grupos de indicadores de cada dimensão e faz a comparação das áreas para produzir os mapas e analisa o conjunto total de indicadores comparando as áreas para produzir o mapa social
Produção final	Todos os dados, tabelas e mapas serão montados em formato de CSV/EXCEL, disponibilizado e distribuído por meio de CD em um arquivo único executável. E consolidado em UM produto final em formato impresso seguindo os padrões e normas estabelecidos pela ABNT.

1.1.2.25. Para o desenvolvimento do trabalho, a Prefeitura Municipal dará o apoio institucional necessário para a solicitação de dados de fontes externas à própria Prefeitura.

1.2. PRODUTO 2 :

1.2.1. SUPERVISÃO TÉCNICA PARA CAPACITAÇÃO E ASSESSORIA NA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

1.2.1.1. A política de assistência social requer, assim como qualquer outra política social pública, planos para a definição de objetivos, foco e intencionalidades de ações, permitindo a articulação antecipada de atuações de cunho preventivo, proativo e protetivo, ou seja, possibilitando uma antevisão municipal das situações que demandam atuação.

1.2.1.2. A estrutura do Plano Municipal de Assistência Social comportará, em especial, os objetivos gerais e específicos de sua elaboração; as diretrizes e prioridades deliberadas; as ações e estratégias correspondentes para sua implementação; as metas pactuadas e estabelecidas; os resultados e impactos esperados; os recursos materiais humanos e financeiros disponíveis e necessários; os mecanismos e fontes de financiamento; a cobertura da rede prestadora de serviços; os indicadores de monitoramento e avaliação e o espaço temporal de execução com base nas informações colhidas no Diagnóstico Social e deverá seguir as definições constantes na NOB SUAS 2012, que define a sua estrutura.

1.2.1.3. Plano deverá conter como linhas fundamentais:

1.2.1.3.1. A estruturação do SUAS no município, levando em conta toda a legislação e normativas pertinentes, em especial a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

1.2.1.3.2. A definição de linhas de ação para atendimento das áreas prioritárias do município, identificadas no Diagnóstico Social;

1.2.1.3.3. A definição de atividades, metas, prazos e responsáveis para ações da Assistência Social pelo período de vigência do Plano.

1.2.1.7 QUADRO 2 – ETAPAS PARA CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

ETAPAS	DESCRIÇÃO
Análise do Diagnóstico	Os dados levantados pelo Diagnóstico Social serão analisados em oficina participativa com a presença da Secretaria responsável pela execução da política municipal de assistência social, com as coordenadoras dos serviços, de proteção social básica e especial, Conselho municipal de Assistência Social (CMAS). Serão solicitadas e discutidas também informações sobre a organização e funcionamento dos serviços, em aspectos que sejam considerados relevantes para a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social.
Capacitação, discussão para alinhamento conceitual.	Deverão ser realizadas reuniões com todos os atores da área de Assistência Social, das áreas governamental e não governamental, para apresentação do processo que será desenvolvido e alinhamento conceitual a respeito de: O que é o plano e seus usos; O que é o diagnóstico; O conceito de territorialização e suas relações com o SUAS; A tipificação dos serviços; As exigências da NOB SUAS 2012. Nesta reunião inicial, deverão sair grupos de trabalho específicos para a discussão de fluxos e formas de funcionamento da Assistência Social nos diferentes níveis de atuação (básica e especial de média e alta complexidade), com a possibilidade de que os atores participem de mais de um grupo.
Oficinas para Elaboração do plano	A elaboração do plano seguirá seguinte roteiro, constituído de: Análise de todos os dados coletados e resultados dos Grupos de Trabalho e consolidação; Análise das deliberações da última conferencia municipal de assistência social; Do Plano Decenal de assistência Social, produzido pelo CNAS Elaboração de Plano Base; Discussão do Plano Base com o gestor e outros participantes, incluindo a sociedade civil; Elaboração do documento final; Plenária final, conjunta de todos os atores, para

	validação dos resultados.
Produção final	Todos os dados, tabelas e mapas serão montados constituindo um sistema que pode ser disponibilizado por meio de CD em um arquivo único executável. E consolidado em um produto final em formato impresso seguindo os padrões e normas estabelecidos pela ABNT

1.3. PRODUTO 3 – EXECUÇÃO DO PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO:

1.3.1. Em consonância com as disposições da Portaria MDS nº 143/2012 e da Resolução CNAS nº 25/2016, executar o programa ACESSUAS trabalho, que visa a inclusão produtiva do público prioritário da Política de Assistência Social, através da identificação do perfil do público alvo do ACESSUAS, Mapeamento das ofertas de trabalhos no território e articulação com as demais políticas públicas, apresentar documento prognóstico com orientações técnicas que tragam mais assertividades na tomada de decisão dos gestores municipais do SUAS.

1.3.2. QUADRO 3 – ETAPAS PARA EXECUÇÃO DO ACESSUAS:

ETAPAS	DESCRIÇÃO
Identificação do perfil do público alvo	Levantar e analisar as características do público investigado, buscando conhecer seu potencial de trabalho, histórico profissional, habilidades que possam ser aplicadas em ações produtivas e condições para ingresso no mercado de trabalho
Mapeamento de oportunidades de inclusão produtiva e trabalho.	Sondagem da economia local para identificar postos de trabalho disponíveis e perspectivas do mercado quanto a contratação de mão de obra, sobremaneira, para as atividades que se enquadram no perfil do público alvo do programa ACESSUAS.
Análise de dados e construção de cenários prospectivos.	A partir das informações do público alvo e do mercado, construir/analisar cenários que orientem a tomada de decisão dos gestores públicos na geração de renda e inclusão produtiva do público alvo.
Prognóstico e plano de ação para articulação das políticas públicas	Mobilização da rede Inter setorial para elaboração de um plano de ação que distribua responsabilidades entre os diversos atores da rede Inter setorial e trace metas para inclusão produtiva do público ACESSUAS.,

1.4. PRAZOS PARA A EXECUÇÃO DOS PRODUTOS:

1.4.1. PRODUTO 1 – Diagnostico sócio territorial – no máximo 4(quatro) meses;

1.4.2. PRODUTO 2 - Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social – no máximo 2 (dois) meses;

1.4.3. PRODUTO 3 – Prognóstico do Programa ACESSUAS Trabalho. – no máximo 2(dois) meses;

1.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:



1.5.1. Atestado(s) emitido(s) e assinado(s) pelo representante legal da pessoa jurídica de direito público e/ou privado, em nome da licitante, comprovando a capacidade de execução e conclusão do programa ACESSUAS Trabalho;

1.5.2. Atestado(s) emitido(s) e assinado(s) pelo representante legal da pessoa jurídica de direito público e/ou privado, em nome da licitante, comprovando aptidão para desempenho de atividade de capacitações na área de Assistência Social, compatíveis em característica ao objeto desse edital.

1.5.3. Comprovação de que a empresa é Instituição de Ensino Superior credenciada pelo MEC.

1.5.4. Comprovação de que a empresa é credenciada na Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS (RENEP/SUAS).

Borda da Mata, 28 de setembro de 2018.

Thiago Palmeira de Senna Lima
Diretor do Departamento Municipal
de Desenvolvimento Social



ANEXO II - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

ATENÇÃO: ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER ENTREGUE FORA DOS ENVELOPES.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº PRC 286/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº PREG 090/2018**

Pelo presente instrumento, credenciamos o(a) Sr.(a) _____
inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____ e no Registro Geral sob o nº
_____ SSP/__, para participar das reuniões relativas ao processo licitatório
acima referenciado, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas,
manifestar-se em nome da empresa, desistir e interpor recursos, assinar propostas comerciais,
rubricar documentos, assinar atas e praticar todos os atos necessários ao procedimento
licitatório, a que tudo daremos por firme e valioso.

Borda da Mata, ____ de _____ de 2018.

Assinatura: _____

Obs.: Identificar o signatário e utilizar carimbo padronizado da empresa.



ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, DO ART. 7º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº PRC 286/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº PREG 090/2018**

**DECLARAÇÃO
EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA**

_____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____ e no RG nº _____ SSP/____ DECLARA, sob as penas da Lei e em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Borda da Mata, ____ de _____ de 2018.

32

Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ATENÇÃO: DEVE COMPOR O ENVELOPE DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº PRC 286/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº PREG 090/2018

CÓDIGO	ITEM	PRODUTO	UNID	QTD	PREÇO TOTAL DO SERVIÇO R\$
25.173	1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO DIAGNOSTICO SOCIAL	Serviço	1	

Razão Social:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE/FAX:

Valor Total da Proposta: R\$ ____ (extenso)

Borda da Mata, ____ de _____ de 2018.

Prazo de validade da Proposta: 60 dias

Assinatura do Responsável pela Empresa

Nome:

CPF:

(carimbo)



ANEXO V – MODELO DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INIDONEIDADE E AUSÊNCIA DE FATO IMPEDITIVA PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO.

Declaração Negativa de Inidoneidade e Ausência de Fato Impeditivo para Licitar com o Poder Público.

Declaro, sob as penas da lei, para os devidos fins, que a empresa _____ inscrita no CNPJ/MF nº _____, não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, e que comunicarei qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira, nos termos do parágrafo 2º do artigo 32 da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 9.648/98.

Borda da Mata, _____ de _____ 2018.

EMPRESA



ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

ATENÇÃO: ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER ENTREGUE FORA DOS ENVELOPES, JUNTAMENTE COM O CREDENCIAMENTO.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº PRC 286/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº PREG 090/2018**

DECLARAÇÃO

EMPRESA, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso VII, do artigo 4º da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constante do item 5.0 e seus subitens do presente edital.

Borda da Mata, ____ de _____ de 2018.

35

EMPRESA



ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE MEI, ME OU EPP

ATENÇÃO: ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER ENTREGUE FORA DOS ENVELOPES, JUNTAMENTE COM O CREDENCIAMENTO.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº PRC 286/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº PREG 090/2018**

(Nome da empresa), estabelecida na _____ (rua; nº e cidade), por seu representante legal _____ (nome do representante, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, endereço domiciliar), declara, sob as penas da lei penal e civil, que a ora declarante está classificada como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual - MEI, perante (Receita Federal e/ou Secretaria da Fazenda do Estado), comprometendo-se ainda a informar caso deixe de ser enquadrada na condição de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, nos termos da lei.

Borda da Mata, ____ de _____ de 2018.

36

EMPRESA



ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO Nº ___/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº PRC 286/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº PREG 090/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA E A EMPRESA

Por este instrumento, de um lado o Município de Borda da Mata, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.912.023/0001-75, com sede à Praça Antônio Megale, nº 86, Centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Assessor de Governo, Sr. José Epaminondas da Silva, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sita à _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, neste ato representada por _____, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº 999 e no Registro Geral sob o nº 999-SSP/MG, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si justo e acertado o presente CONTRATO, com fundamento na Lei 8.666/93 e suas alterações e em decorrência do **Processo Administrativo nº 286/2018 - Pregão nº 090/2018**, mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPERVISÃO TÉCNICA NO ÂMBITO DO SUAS, VISANDO ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOCIAL, CAPACITAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EXECUÇÃO DO PROGRAMA ACESSUAS – PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL CONFORME DETALHADO NO ANEXO I PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL**, de acordo com as especificações e condições previstas no Edital PREGÃO PRESENCIAL e seus anexos e a proposta da CONTRATADA conforme abaixo especificado:

37

CÓDIGO	ITEM	PRODUTO	UNID	QTD	PREÇO TOTAL DO SERVIÇO R\$
25.173	1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO DIAGNOSTICO SOCIAL	Serviço	1	

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

Os serviços serão executados de forma indireta sob o regime de empreitada Global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

A Administração pagará à CONTRATADA o valor de R\$ ____ (**extenso**) correndo a despesa à conta da dotação orçamentária especificada na Cláusula Sexta, vinculada ao orçamento correspondente.

Parágrafo único. O preço proposto e ora contratado inclui todas as despesas com tributos, encargos sociais e trabalhistas, materiais para execução do objeto, uniformes e transportes de seus empregados. A CONTRATADA responsabilizar-se-á, inteiramente, por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, decorrentes ou relacionadas com os serviços ora registrados e quaisquer outras despesas que incidam sobre o serviço registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, a CONTRATADA protocolizará junto a Administração **Nota Fiscal em 2 (duas) vias** que, após a devida atestação e regular liquidação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 30 (trinta) dias.

§1º Para que seja efetivado o pagamento deverá ser verificada a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, notadamente no tocante a regularidade perante a Fazenda, INSS e FGTS;

§2º Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para a Administração.

38

CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA

A despesa será imputada à conta do crédito consignado no orçamento da Administração, enquadrando-se segundo a natureza, tendo a seguinte classificação funcional-programática e fonte de recursos.

02 02 05 08 243 0015 2.055 339039 - FICHA 0507

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO

O presente Contrato será executado sob o regime de execução indireta da prestação de serviços, entrando em vigor na data de sua assinatura com validade até **31/12/2018**, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, até o limite total de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

§1º. O objeto da licitação constante deste edital deverá ser executado em conformidade com o ANEXO I – Termo de Referência parte integrante do presente Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

§1º. A rescisão do Contrato poderá ser:

I. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93;

II. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.

III. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas na Cláusula Décima Primeira.

§2º. Constituem motivos para rescisão os previstos no art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93.

§3º. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando houver sofrido.

§4º. A rescisão de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO EM CASO DE RESCISÃO

Nos casos de rescisão previstos neste Contrato, a Administração adotará as seguintes providências:

I. Assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local que se encontrar;

II. Retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à Administração.

39

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

§1º. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520 de 17/07/2002, a CONTRATADA que, ensejar o retardamento da execução de seu Contrato, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução de o Contrato comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municipais, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no Contrato e das demais cominações legais.

I. Pelo atraso injustificado, inexecução total ou parcial do objeto, fica sujeito o licitante vencedor às penalidades previstas no caput do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93, na seguinte conformidade:

II. Atraso até 10 (dez) dias: multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor estimado da obrigação, por dia de atraso;

III. Atraso superior a 10 (dez) dias até o limite de 30 (trinta) dias: será aplicada a penalidade de advertência e multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre o valor estimado da obrigação, por dia de atraso.

IV. Pela inexecução parcial do Contrato, assim considerada entre outras inadimplências contratuais, o atraso superior a trinta dias na entrega do objeto, a Administração, garantida a prévia defesa, procederá a rescisão unilateral do contrato e poderá aplicar ao Contratado a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Borda da Mata por até 2 (dois) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da obrigação.

V. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

VI. O prazo para pagamento da multa será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do licitante vencedor apenado. Não havendo pagamento pelo licitante vencedor, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se o devedor ao processo judicial de execução.

VII. Pela inexecução total do Contrato, a Administração, garantida a prévia defesa procederá à rescisão unilateral do Contrato e, poderá aplicar a CONTRATADA a penalidade prevista no § 1º e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

Constituem obrigações da Administração, em especial:

I. Fiscalizar o objeto do Contrato, através do setor competente nos termos da Cláusula Décima Quarta;

II. Efetuar o pagamento do objeto deste Contrato, nos termos do XII deste Edital mediante **Nota Fiscal em 2 (duas) vias** devidamente atestadas;

III. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA, em especial:

I. A execução do objeto contratado, conforme solicitação do Departamento Municipal de Desenvolvimento Social, obedecendo aos critérios detalhados no **Anexo I – Termo de Referência**, em total conformidade com o Edital e seus Anexos;

II. Manter durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial no tocante a regularidade perante a Fazenda, INSS e FGTS;

III. Paralisar, por determinação do Município de Borda da Mata, a execução do objeto que não esteja de acordo com edital e seus anexos;

IV. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas decorrentes da execução deste Contrato e, ainda, por todos os danos e prejuízos que causar a seus funcionários ou a terceiros em virtude de execução do presente;

V. Cumprir orientação do órgão fiscalizador e/ou do executor deste Contrato;

VI. Ressarcir a Administração quaisquer danos ou prejuízos causados em decorrência da execução deste Contrato;

VIII. Apresentar relação das pessoas credenciadas à execução do objeto, a qual deverá ser controlada pelo executor deste Contrato e/ou pelo órgão fiscalizador.

IX - Manter preposto, aceito pelo contratante, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la sempre que for necessário.

X- Produto 1 - Elaboração Do Diagnóstico Sócio territorial Do Município De Borda Da Mata/MG:

a. O Diagnóstico Social será o instrumento basilar capaz de identificar, nas diferentes regiões da cidade, as questões prioritárias e acompanhar, ao longo do tempo, as mudanças ocorridas na situação de cada área da cidade. Com isto, será possível planejar, monitorar e avaliar a execução da Política de Assistência Social desenvolvida.

b. Considerando as prerrogativas e diretrizes do SUAS, se faz necessário trabalhar contemplando um planejamento de base territorial que possibilita um conhecimento das demandas existentes no município, é preciso analisar separadamente os diferentes espaços que os compõem, caracterizar especificidades e prioridades de ação de acordo com a realidade de cada um.

c. A partir da definição da territorialização será feita a divisão da cidade em áreas de análise, para as quais todos os indicadores deverão ser calculados. Essa territorialização será proposta pela empresa contratada, com base nas divisões territoriais já existentes no município, levando em conta ainda fatores de homogeneidade socioeconômica e comunitária.

d. Para poder cumprir estas funções, o diagnóstico deverá ser desenvolvido com base em um amplo conjunto de indicadores que poderão ser elaborados de fontes locais (quanto existir), através de coleta e análise de dados (por amostragem), como também de fontes nacionais (IPEA, IBGE, PNAD, IDH, Cadastro Único e IMRS). Muito mais do que simplesmente apontar áreas de "vulnerabilidade", o uso de um conjunto amplo de indicadores possibilitará uma análise minuciosa da realidade do município em cada uma de suas áreas do ponto de vista social e da garantia de direitos. Isso permitirá um conhecimento aprofundado da realidade, base para os processos de planejamento técnicos.

e. O Diagnóstico deverá conter diversos níveis de informação obtidos pelos diversos indicadores definidos, podendo ser acrescidos novos dados de acordo com a análise inicial a ser feita em conjunto entre a empresa executora e o contratante. Os indicadores deverão ser calculados para cada uma das regiões de análise e para o município inteiro. Poderão eventualmente ser excluídos indicadores para os quais não houver fonte de informação disponível, devendo a impossibilidade ser devidamente demonstrada em relatório específico.

XI- Indicadores E Percentuais De Demanda:

a. Análise histórico-conjuntural da realidade do município (zona urbana, rural): estimativa da população, característica do município, perfil socioeconômico, bairros, infraestrutura, equipamentos públicos e privados das políticas sociais do município, habitantes por domicílio tendo como apoio os indicadores sociais, demográficos e econômicos; o conhecimento da rede social e das demandas sociais;

b. Informações sobre a população destinatária, demandas expressas, emergentes e potenciais;

c. Percentual de famílias atendidas na rede sócia assistencial pelos Benefícios Eventuais. (percentual de encaminhamentos realizados pelo legislativo, faixa salarial das famílias beneficiárias, quais bairros tem maior população beneficiária).

d. Indicadores de saúde: mortalidade infantil, mortalidade neonatal precoce, mortalidade neonatal tardia, mortalidade pós-neonatal, percentual de gestantes com número insuficiente de

consultas pré-natal, fatores que contribuem para realização do pré – natal tardio, indicadores de deficiência pós-parto baixo peso ao nascer, internação por IRA (internação por infecção respiratória aguda), internação por DDA (internação por doença diarreica aguda), coeficientes de desnutrição, doenças prevalentes.

e. Indicadores de educação: índices de analfabetismo, evasão/reprovação/anos de permanência na escola, cobertura de creche, cobertura de pré-escola, reprovação, abandono e distorção de idade nos ensinos fundamental e médio.

f. Indicadores socioeconômicos: Percentual de população por área (urbana e rural) e sexo, faixa de renda familiar e per capita na área urbana e rural, densidade por dormitório, saneamento básico.

g. Percentual (por amostragem) de famílias monoparentais masculinas e femininas e famílias extensas, índice de pobreza, total de famílias em situação de pobreza, trabalho infantil, idosos em situação de vulnerabilidade, crianças e adolescentes em situação de violência; abuso sexual; negligência; com perfil para acolhimento.

h. Indicadores de violência intrafamiliar: crimes violentos fatais por faixa etária, crimes violentos não fatais por faixa etária, mortalidade geral, mortalidade juvenil total, envolvimento com ato infracional, agressão a crianças, agressão a mulheres, agressão a idosos, abrigo de crianças, abrigo de idosos, famílias na qual há usuários de drogas ilícitas com menos de 16 anos.

i. Indicadores de pessoas com deficiência;

j. Indicadores produzidos por meio demais informações coletadas no município.

XII- Indicadores De Oferta:

a. Número/percentual de famílias e indivíduos por faixa etária inseridas na rede de proteção social básica.

b. Número/percentual de pessoas por faixa etária inseridas em programas de atendimento para qualificação profissional e inclusão produtiva.

c. Número/percentual de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

d. Número/percentual de famílias e indivíduos por faixas etárias inseridas na rede de proteção social especial.

e. Número/percentual de famílias inseridas em programas estaduais e federais, vinculadas à assistência social.

f. Número/percentual de crianças e adolescentes inseridas na rede de proteção social básica por tipo de serviço.

g. Número/percentual de crianças e adolescentes inseridas na rede de proteção social especial por tipo de serviço.

h. Número/percentual de crianças e adolescentes inseridas nos grupos do SCFV

i. Número/percentual de idosos que recebem BPC- Benefício de Prestação Continuada.

- j. Número/percentual de idosos inseridos na rede de proteção social especial.
- k. Número/percentual de idosos inseridos na rede de proteção social básica (ex. centros ou grupos de convivência).
- l. Número/percentual de pessoas com deficiência beneficiárias BPC.
- m. Número/percentual de pessoas com deficiência inseridas na rede de proteção social básica e especial.
- n. Localização e atendimentos da rede direta da Assistência Social.
- o. Localização e atendimentos da rede conveniada da Assistência Social.
- p. Valores de investimento público municipal, estadual e federal na Política de Assistência Social;
- q. Proporção da receita total do município aplicada na Política de Assistência Social;
- r. Complementação de informação que poderão ser realizadas:
- s. Mapa Social, que consolidará os dados para comparar as diferentes regiões da cidade e mostrar aquelas em que os direitos sociais estão menos protegidos e, por isso, são prioridades de ação. As regiões são classificadas em faixas do mais prioritário ao menos prioritário, levando em conta o resultado dos indicadores que a compõem.
- t. Mapa da rede de atendimento da Assistência Social e das redes de políticas sociais existente no município.
- u. Tais indicadores e informações são importantes para que se configurem os problemas a serem enfrentados no campo de ação da assistência social, racionalizando soluções e definindo encaminhamentos integrados.
- v. Após a identificação dos problemas e demandas deverá ser relacionado o conjunto de serviços, programas e benefícios oferecidos pela Assistência Social no município. Deverá ser realizado o mapeamento e análise da rede de serviços quanto:
- Localização, natureza das atenções oferecidas.
- w. Quadro 1 - Etapas Do Diagnóstico:

ETAPAS	DESCRIÇÃO
Definição da divisão em regiões	As regiões nas quais a cidade é dividida para fins do diagnóstico social são definidas por meio de análise de homogeneidade socioeconômica de áreas adjacentes. Isso permite o agrupamento de bairros, constituindo regiões que sejam adequadas para captar as diferenças intraurbanas. Caso a cidade já possua um abairramento claramente definido ou áreas de planejamento oficiais, essas divisões serão consideradas.
	Para a construção dos indicadores, conforme

Validação dos indicadores	determinação da LOAS e da NOB/SUAS 2012, serão contemplados indicadores relativos a diversos aspectos correlatos aos direitos sociais, à situação da infância e adolescência, idosos e de trabalho e renda. O conjunto de indicadores deverá ser validado junto à Secretaria Municipal de responsável pela execução da política de assistência social no início dos trabalhos, juntamente com as dimensões propostas.
Definição das informações	Serão definidas as informações que comporão o sistema, como por exemplo, o número de entidades por área ou distribuição dos equipamentos da assistência social, entre outros que serão propostos pelo município para atender às suas necessidades.
Coleta e processamento de dados	A partir da validação do sistema de indicadores, será realizada a coleta de dados por amostragem (aproximadamente 1.000 questionários) e suas análises. A partir dos dados, serão calculados todos os indicadores. Como parte do processo de levantamento de dados, serão solicitadas informações a todas as entidades governamentais e não governamentais que compõem a rede sócia assistencial.
Cálculo das dimensões e mapa social	Com todos os indicadores calculados, deverá ser aplicada a metodologia de escolha multicritério, que permite comparar e hierarquizar as diferentes áreas da cidade. A escolha multicritério analisa os grupos de indicadores de cada dimensão e faz a comparação das áreas para produzir os mapas e analisa o conjunto total de indicadores comparando as áreas para produzir o mapa social
Produção final	Todos os dados, tabelas e mapas serão montados em formato de CSV/EXCEL, disponibilizado e distribuído por meio de CD em um arquivo único executável. E consolidado em UM produto final em formato impresso seguindo os padrões e normas estabelecidos pela ABNT.

x. Para o desenvolvimento do trabalho, a Prefeitura Municipal dará o apoio institucional necessário para a solicitação de dados de fontes externas à própria Prefeitura.

XIV. Produto 2 - Supervisão Técnica Para Capacitação E Assessoria Na Elaboração Do Plano Municipal De Assistência Social:

a. A política de assistência social requer, assim como qualquer outra política social pública, planos para a definição de objetivos, foco e intencionalidades de ações, permitindo a articulação antecipada de atuações de cunho preventivo, proativo e protetivo, ou seja, possibilitando uma antevisão municipal das situações que demandas atuação.

b. A estrutura do Plano Municipal de Assistência Social comportará, em especial, os objetivos gerais e específicos de sua elaboração; as diretrizes e prioridades deliberadas; as ações e estratégias correspondentes para sua implementação; as metas pactuadas e estabelecidas; os resultados e impactos esperados; os recursos materiais humanos e financeiros disponíveis e necessários; os mecanismos e fontes de financiamento; a cobertura da rede prestadora de serviços; os indicadores de monitoramento e avaliação e o espaço temporal de execução com base nas informações colhidas no Diagnóstico Social e deverá seguir as definições constantes na NOB SUAS 2012, que define a sua estrutura.

c. Plano deverá conter como linhas fundamentais:

- A estruturação do SUAS no município, levando em conta toda a legislação e normativas pertinentes, em especial a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
- A definição de linhas de ação para atendimento das áreas prioritárias do município, identificadas no Diagnóstico Social;
- A definição de atividades, metas, prazos e responsáveis para ações da Assistência Social pelo período de vigência do Plano.

d. Quadro 2 – Etapas Para Construção Do Plano Municipal De Assistência Social

ETAPAS	DESCRIÇÃO
Análise do Diagnóstico	Os dados levantados pelo Diagnóstico Social serão analisados em oficina participativa com a presença da Secretaria responsável pela execução da política municipal de assistência social, com as coordenadoras dos serviços, de proteção social básica e especial, Conselho municipal de Assistência Social (CMAS). Serão solicitadas e discutidas também informações sobre a organização e funcionamento dos serviços, em aspectos que sejam considerados relevantes para a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social.
Capacitação, discussão para alinhamento conceitual.	Deverão ser realizadas reuniões com todos os atores da área de Assistência Social, das áreas governamental e não governamental, para apresentação do processo que será desenvolvido e alinhamento conceitual a respeito de: O que é o plano e seus usos; O que é o diagnóstico; O conceito de territorialização e suas relações com o SUAS; A tipificação dos serviços; As exigências da NOB SUAS 2012. Nesta reunião inicial, deverão sair grupos de trabalho específicos para a discussão de fluxos e formas de funcionamento da Assistência Social nos diferentes níveis de atuação (básica e especial de média e alta complexidade), com a possibilidade de que os atores participem de mais de um grupo.
	A elaboração do plano seguirá seguinte roteiro, constituído de:

Oficinas para Elaboração do plano	Análise de todos os dados coletados e resultados dos Grupos de Trabalho e consolidação; Análise das deliberações da última conferência municipal de assistência social; Do Plano Decenal de assistência Social, produzido pelo CNAS Elaboração de Plano Base; Discussão do Plano Base com o gestor e outros participantes, incluindo a sociedade civil; Elaboração do documento final; Plenária final, conjunta de todos os atores, para validação dos resultados.
Produção final	Todos os dados, tabelas e mapas serão montados constituindo um sistema que pode ser disponibilizado por meio de CD em um arquivo único executável. E consolidado em um produto final em formato impresso seguindo os padrões e normas estabelecidos pela ABNT

XV-Produto 3 – Execução Do Programa ACESSUAS Trabalho:

a. Em consonância com as disposições da Portaria MDS nº 143/2012 e da Resolução CNAS nº 25/2016, executar o programa ACESSUAS trabalho, que visa a inclusão produtiva do público prioritário da Política de Assistência Social, através da identificação do perfil do público alvo do ACESSUAS, Mapeamento das ofertas de trabalhos no território e articulação com as demais políticas públicas, apresentar documento prognóstico com orientações técnicas que tragam mais assertividades na tomada de decisão dos gestores municipais do SUAS.

46

b. Quadro 3 – Etapas Para Execução Do ACESSUAS

ETAPAS	DESCRIÇÃO
Identificação do perfil do público alvo	Levantar e analisar as características do público investigado, buscando conhecer seu potencial de trabalho, histórico profissional, habilidades que possam ser aplicadas em ações produtivas e condições para ingresso no mercado de trabalho
Mapeamento de oportunidades de inclusão produtiva e trabalho.	Sondagem da economia local para identificar postos de trabalho disponíveis e perspectivas do mercado quanto a contratação de mão de obra, sobremaneira, para as atividades que se enquadram no perfil do público alvo do programa ACESSUAS.
Análise de dados e construção de cenários prospectivos.	A partir das informações do público alvo e do mercado, construir/analisar cenários que orientem a tomada de decisão dos gestores públicos na geração de renda e inclusão produtiva do público alvo.
Prognóstico e plano de ação para articulação das políticas públicas	Mobilização da rede Inter setorial para elaboração de um plano de ação que distribua responsabilidades entre os diversos atores da rede Inter setorial e trace metas para inclusão produtiva do público ACESSUAS.,

XVI- Prazos Para A Execução Dos Produtos:

a. Produto 1 – Diagnostico sócio territorial – no máximo 4(quatro) meses;

b. Produto 2 - Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social – no máximo 2(dois) meses;

c. Produto 3 – Prognóstico do Programa ACESSUAS Trabalho. – no máximo 2(dois) meses;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

O objeto será fiscalizado na sua execução por representantes do Departamento Municipal de Desenvolvimento Social, que registrarão todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas. As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Borda da Mata, e nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante CONTRATADA, no que concerne à execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO

O recebimento do objeto deste Contrato será efetuado mediante recibo, definitivamente, referente à parcela da obrigação contratual cumprida.

Parágrafo único. A Administração rejeitará a execução do serviço em desacordo com as especificações, cabendo à CONTRATADA o ônus decorrente da rejeição, incluindo prazos e despesas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma destas, tendo por base o que dispõem a Lei nº 8.666/93, e demais legislações vigentes aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO

O presente contrato se vincula a todo teor do Edital e seus anexos, proposta da **CONTRATADA** e Mapa de Apuração são partes integrantes deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

§1º. A CONTRATADA se obriga ao cumprimento integral do objeto deste Contrato, pelo preço e nas condições oferecidas, não lhe cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta quer seja por erro ou omissão.

§2º. A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas, precauções e cuidados necessários, de modo a evitar eventuais danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, seja por ato ou omissão de seus empregados, prepostos ou assemelhados, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.

§3º. Sob pena de o Contrato ser considerado rescindido unilateralmente, é defeso à CONTRATADA:

I. A execução do objeto por meio de associação ou de subcontratação, salvo solicitação devidamente justificada por escrito e expressamente autorizada pela administração;



II. Transferir, no todo ou em parte, o Contrato ou obrigações dele originárias, salvo solicitação devidamente justificada por escrito e expressamente autorizada pela administração;

§4º. Eventual operação de transformação societária, fusão, cisão ou incorporação no decorrer da vigência contratual, deverá ser submetida à apreciação da Administração com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, para verificação de implicações no objeto.

§5º. Se, no decorrer da execução deste Contrato, surgirem eventos ou características relevantes que possam vir a afetar o serviço do presente, deverá a CONTRATADA comunicar expressamente a Administração acerca do ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Borda da Mata, para dirimir eventuais dúvidas relativas ao cumprimento deste pacto.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente Contrato do qual se extraíram 03 (três) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas, são rubricadas em todas as suas páginas e assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Borda da Mata, ___ de ___ de 2018.

48

José Epaminondas da Silva
Assessor de Governo

Representante
Razão Social da Empresa

TESTEMUNHA

Nome: _____
CPF: _____

TESTEMUNHA

Nome: _____
CPF: _____